

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1012665-26.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Ariane Cristina da Silva Turati**
 Requerido: **Federação das Unimeds do Estado de São Paulo - Unimed Fesp**

ARIANE CRISTINA DA SILVA TURATI ajuizou ação contra **FEDERAÇÃO DAS UNIMEDS DO ESTADO DE SÃO PAULO - UNIMED FESP**, alegando, em suma, que foi diagnosticada com aneurisma da aorta torácica ascendente e valva aórtica bicúspide, com risco eminente de rompimento. Diante da complexidade da doença, era indispensável a realização da cirurgia em hospital altamente especializado e com o médico que lhe assiste. Contudo, a ré negou a cobertura do procedimento cirúrgico, razão pela qual foi obrigada a arcar com todos os custos da cirurgia, quais sejam, R\$ 10.875,00 para o médico e R\$ 26.970,00 para o Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia. Pleiteou, assim, o reembolso das quantias despendidas e a condenação da ré ao pagamento de indenização pelos danos morais causados.

Após determinação deste juízo, a autora emendou a petição inicial, a fim de corrigir o valor dado à causa.

Indeferiu-se o pedido de justiça gratuita e a tutela de urgência.

A ré foi citada e contestou os pedidos, aduzindo que não foi negada a cobertura do tratamento cirúrgico, que a cirurgia realizada não se enquadrava nos conceitos de urgência ou emergência e que inexistia ato ilícito e dano moral.

Manifestou-se a autora, insistindo nos termos da petição inicial.

É o relatório.**Fundamento e decido.**

A autora foi acometida por grave patologia (aneurisma da aorta torácica ascendente e valva aórtica bicúspide) e teve a indicação médica de se submeter a tratamento cirúrgico em centro especializado em cirurgia cardíaca (fls. 21/22). Diante disso, optou por realizar a operação no Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, mesmo ciente de que tal nosocômio não integrava a rede credenciada do plano de saúde contratado.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Conforme prevê o art. 12, inciso VI, da Lei 9.656/98, o reembolso das despesas efetuadas pelo beneficiário do plano de saúde, em casos de urgência ou emergência, só é possível quando não for possível a utilização dos serviços próprios, contratados, credenciados ou referenciados pelas operadoras.

Não há qualquer alegação da autora de que os médicos conveniados e os hospitais credenciados ao plano de saúde não eram aptos para a realização da cirurgia que necessitava, bem como não há provas de que a ré tenha negado cobertura ao tratamento cirúrgico. O fato da ré não ter concedido autorização para a realização da cirurgia no Instituto Pazzanese não indica que houve negativa de cobertura, mas sim que tal hospital não pertencia à sua rede credenciada. Aliás, tal conduta está em consonância com a cláusula contratual que prevê a exclusão da cobertura para qualquer procedimento realizado fora da rede própria, credenciada ou contratada do plano de saúde (fl. 254 – cláusula 19, III).

Apesar da gravidade da doença, não há qualquer elemento indicativo de que a autora não dispunha de tempo suficiente para buscar junto ao plano de saúde um profissional e hospital que atendessem suas necessidades dentro da cobertura contratada. Ao contrário disso, a autora optou por submeter-se ao procedimento cirúrgico em nosocômio renomado e de sua confiança, mesmo ciente de que não havia cobertura contratual para tanto, o que inviabiliza o reembolso integral das despesas por ela suportadas.

Refiro julgado do Tribunal de Justiça de São Paulo em caso semelhante:

"PLANO DE SAÚDE - Cirurgia para tratamento moléstia cardíaca - Hospital e médicos não credenciados - Paciente que desde que diagnosticado anomalia no coração, tinha condições de pesquisar junto à ré estabelecimentos e profissionais capacitados para tratamento da moléstia que o acometia - Autor que, ao contrário, buscou hospital e médicos de excelência e livre escolha para seu tratamento - Impossibilidade de cobertura integral de médicos e hospitais não conveniados - Cabimento de reembolso parcial das despesas, correspondente ao valor que despenderia a operadora de plano de saúde junto a hospital conveniado, em padrão equivalente em qualidade de atendimento para o tratamento proposto - Medida que evita o enriquecimento sem causa da operadora, que estaria exonerada do pagamento não somente das despesas do hospital não conveniado, como também das despesas que naturalmente teria de arcar, se o paciente efetuasse seu tratamento junto a outro hospital." (Apelação nº 9112499-56.2009.8.26.0000, 4ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Francisco Loureiro, 19.03.2009).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Contudo, exonerar integralmente à ré quanto aos gastos decorrentes do procedimento cirúrgico vai de encontro aos princípios da vedação ao enriquecimento sem justa causa e da equivalência material dos contratos, na medida em que a autora suportou despesas que seriam cobertas pelo plano de saúde caso ela optasse por realizar a cirurgia em hospital conveniado. Dessa forma, impõe-se à ré a obrigação de arcar com o pagamento da quantia equivalente ao que despenderia caso a autora realizasse a cirurgia em sua rede credenciada.

Assim tem decidido o E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

"Apelação. Plano de saúde. Reembolso das despesas efetuadas pela Apelada em razão de atendimento realizado em hospital não credenciado. Ré que comprova existência de unidades credenciadas que poderiam realizar o procedimento. Reembolso parcial de forma comparativa com o que o plano de saúde despenderia em hospital credenciado de padrão equivalente. Ausência de ilicitude na conduta da Ré. Danos morais não caracterizados. Sucumbência mantida. Recurso parcialmente provido." (Apelação nº 0068388-26.2008.8.26.0114, 3ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. João Pazine Neto, j. 04/02/2014).

"PLANO DE SAÚDE - Tratamento cardíaco - Hospital não credenciado para o padrão do plano de saúde contratado pelo consumidor - Paciente que sofreu insuficiência cardíaca congestiva descompensada com congestão pulmonar e ascite - Alegação de grave estado de saúde que impunha a remoção do paciente para hospital mais próximo - Não há como acolher a tese sustentada pelo recorrente, de que a simples situação emergencial lhe conferiria o direito ao reembolso integral das despesas havidas com tratamento de ponta à livre escolha, em hospital não credenciado, sem prévia consulta à operadora - Plena ciência de que o hospital não era credenciado, o que impossibilita a cobertura integral dos custos - Cabimento de reembolso parcial das despesas, correspondente ao valor que despenderia a operadora de plano de saúde junto a hospital conveniado, em padrão equivalente em qualidade de atendimento para o tratamento proposto, apurável em liquidação - Medida que evita o enriquecimento sem causa da operadora, que estaria exonerada do pagamento não somente das despesas do hospital não conveniado, como também das despesas que naturalmente teria de arcar, se o paciente efetuasse seu tratamento junto a outro hospital - Sentença mantida - Recursos não providos. (Apelação nº 0141817-97.2010.8.26.0100, 6ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Francisco Loureiro, j. 09/04/2015).

"PLANO DE SAÚDE - Realização de procedimento cirúrgico em nosocômio que não integra a rede credenciada - Livre escolha do beneficiário por atendimento em hospital fora da área de cobertura - Reembolso que deve respeitar os limites objetivos de cálculo previstos em contrato para hospitais referenciados - Demonstração da disponibilidade do procedimento em hospitais credenciados - Situação de urgência/emergência não caracterizada - Sentença reformada -

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Recurso parcialmente provido." (Apelação nº 4001384-03.2012.8.26.0068, 5ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Moreira Viegas, j. 11/06/2014).

Por fim, não procede o pedido de indenização por danos morais. A negativa apresentada pela ré estava fundamentada em previsão contratual expressa, de modo que não há qualquer irregularidade ou ilegalidade na sua conduta. Ademais, a mera discussão acerca do reembolso integral ou parcial das quantias despendidas não é suficiente para ocasionar lesão aos direitos da personalidade da autora, inexistindo, assim, dano moral indenizável.

Diante do exposto, **acolho em parte os pedidos** e condeno a ré a restituir para a autora a importância atualizada que despenderia com o tratamento cirúrgico perante médico conveniado e hospital credenciado. O valor será apurado em liquidação de sentença, pelo procedimento comum, incidindo juros moratórios à taxa legal, contados da época da citação inicial.

Rejeito o pedido de indenização por danos morais.

Responderá a ré pelo pagamento de 1/3 das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios da autora, fixados em 10% do valor resultante da condenação.

Responderá a autora pelo pagamento de 2/3 das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios dos patronos da ré fixados em 10% do valor correspondente à diferença entre a estimativa atualizada da causa (fls. 179) e aquele decorrente da condenação (a base de cálculo corresponde ao proveito econômico obtido com a defesa).

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 13 de fevereiro de 2017.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA